



EFEITOS JURÍDICOS DO REGISTRO SOCIOAFETIVO DECORRENTE DA MULTIPARENTALIDADE

LEGAL EFFECTS OF THE MEMBERSHIP REGISTRATION RESULTING FROM MULTIPARENTALITY

Luane Tais Novack¹
Anieli Schiessl Trevisani²

RESUMO

Sabe-se que as decisões judiciais envolvendo pedidos de registro civil para registro da multiparentalidade são avaliadas com base no princípio da afetividade, que compõe o alicerce do direito das famílias, pois possui o condão de contrabalançar as relações socioafetivas em situações de origem patrimonial ou biológica. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar a possibilidade do registro da dupla filiação levando em consideração o princípio do afeto, provocando uma reflexão acerca da evolução legislativa da afetividade, da filiação no contexto da nova família, além de esclarecer a questão parental e reafirmar o fundamento jurídico de que as emoções prevalecem nas questões biológicas. O estudo possui como base uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter dedutivo, pois está fundamentada em artigos, jurisprudências, doutrinas e leis que subsidiaram a discussão do tema proposto, tendo sido evidenciado a relevância da afetividade no registro da dupla paternidade e, ou, maternidade. Pode-se concluir que a multiparentalidade é um tema relevante no âmbito do Direito de Família Contemporâneo, consolidando a afetividade como verdadeiro princípio do sistema jurídico nacional, com consequências jurídicas efetivas no âmbito familiar, mormente aos direitos de educação, alimentos, sucessão, entre outros.

Palavras-Chave: Multiparentalidade. Afetividade. Registro. Efeitos Jurídicos.

¹Graduanda da 10ª fase de Direito pela Universidade do Contestado. Campus Marcílio Dias. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: luane.novack@aluno.unc.br

²Advogada, especialista em Direito Processual Civil pela Uninter. Professora no curso de Direito da Universidade do Contestado. Campus Marcílio Dias. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: anieli.trevisani@professor.unc.br

ABSTRACT

It is known that court decisions involving civil registration requests for registration of multiparantality are evaluated based on the principle of affectivity, which forms the foundation of the right of families, as it has the power to counterbalance social-affective relationships in situations of patrimonial or biological origin. Therefore, the present work has as general objective to demonstrate the possibility of registering double filiation taking into account the principle of affection, provoking a reflection on the legislative evolution of affectivity, filiation in the context of the new family, in addition to clarifying the parental issue and reaffirm the legal foundation that emotions prevail in biological matters. The study is based on a bibliographic and documentary research, of a deductive nature, as it is based on articles, jurisprudence, doctrines and laws that supported the discussion of the proposed topic, with the relevance of affectivity in the registration of dual paternity and/or maternity. It can be concluded that multiparenthood is a relevant issue in the context of Contemporary Family Law, consolidating affectivity as a true principle of the national legal system, with effective legal consequences in the family environment, especially the rights to education, food, succession, among others.

Keywords: Paternity. Affection. Record. Effects Legal.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento natural da sociedade tem provocado profundas alterações no conceito, função e composição da família, alterando assim todas as relações produzidas por este novo ambiente familiar. Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu o reconhecimento desses novos modelos de famílias, representando uma mudança de paradigma baseado no respeito à dignidade e ao afeto humano.

Ponderando neste ponto de vista, o presente estudo pretende analisar os efeitos jurídicos do registro socioafetivo decorrente da multiparentalidade.

Proveniente com as transformações no setor familiar, a filiação passou por mudanças positivas e importantes, pois o caráter discriminatório foi posto de lado e os filhos passaram a ser tratados com igualdade, principalmente quando estão envolvidas relações sociais e emocionais. Nesse norte, o trabalho tem como objetivo demonstrar a possibilidade de reconhecimento da filiação tendo em vista o princípio da afetividade.

Com o avanço da legislação, doutrina e jurisprudência sobre o assunto é de suma importância, pois o aprimoramento das relações familiares requer atualizações contínuas de acadêmicos, juristas e doutrinadores que necessitam sempre estarem

atualizados acerca desses aspectos para garantir os direitos constitucionais dessas pessoas.

Para melhor compreensão do estudo, o presente trabalho foi distribuído em capítulos, partindo da concepção de família no ordenamento jurídico brasileiro e sua evolução legislativa, seguido pelos conceitos inerentes as formas de reconhecimento dos filhos e, dos aspectos gerais do reconhecimento sócio afetivo frente a multiparentalidade e a análise da (im)possibilidade de desconstituição posterior, englobando também o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e por último, culminando na relevância das relações sociafetivas frente ao reconhecimento da multiparentalidade e seus efeitos jurídicos.

A metodologia aplicada nessa pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, com caráter dedutivo, o qual delimitou-se em pesquisa doutrinária e jurisprudencial, subsidiada por uma revisão de literatura em artigos científicos, periódicos e revistas eletrônicas, permitindo verificar a aplicação da multiparentalidade no meio social, bem como suas consequências e os efeitos jurídicos decorrentes, demonstrando a igualdade de direitos e deveres entre o pai ou mãe afetivo(a) e o(a) biológico(a) em relação a paternidade/maternidade e que forneceram toda a base teórica suficiente para a discussão do tema proposto.

2 FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A família, historicamente, sempre foi fundamentada sobre o princípio da autoridade sustentada pelo *pater* poder, sendo que o patriarca era ao mesmo tempo o chefe político, sacerdote e juiz e, desta forma comandava o culto dos deuses domésticos e distribuía justiça, pois exercia sobre os filhos direito de vida e de morte, podendo impor a esses, pena corporal, vendê-los, tirar-lhes a vida (PEREIRA, 2018).

Esse modelo de família tinha como objetivo a preservação de uma linha sucessória legítima, mantendo uma unidade econômica, política, militar e religiosa, sem se preocupar com vínculos afetivos (DIAS, 2016). Ainda: “mesmo sendo chancelada pelo matrimônio, a família tinha formação extensiva, verdadeira comunidade rural, integrada por todos os parentes, formando unidade de produção, com amplo incentivo à procriação” (DIAS, 2016, p. 22).

Na concepção cristã da família, as preocupações eram de ordem moral, e restringiu a autoridade patriarcal de maneira progressiva, consolidando-se na herança de um modelo patriarcal, concebida como célula básica da Igreja e por consequência, da sociedade (GAGLIANO, 2017).

A família considerada ideal era aquela constituída através do matrimônio e que desprezava qualquer outra forma de composição familiar ou prole advindas destas. Essa concepção do matrimônio foi referenciada pela primeira vez no Brasil através do artigo 72, § 4º da Carta Magna de 1890, vinculando o mesmo ao conceito de família e identificada como sendo indissolúvel (WALD; FONSECA, 2013).

Por oportuno, “o conceito de família atravessa o tempo e o espaço, sempre tentando clarear e demarcar o seu limite, especialmente para fins de direitos. Mas a família está sempre se reinventando, por isto ela transcende sua própria historicidade” (PEREIRA, 2020, p. 4).

Assim sendo, a Carta Magna de 1988, por sua vez, pela redação do artigo 226 considera a família um porto seguro digno da proteção do Estado. No § 5º do mesmo artigo, a Constituição trata igualmente homens e mulheres no casamento e no § 3º e no § 4º deste artigo, a entidade familiar tem uma concepção ampla de sua composição (BRASIL, 1988).

Assim, o modelo único e rígido de família, foi totalmente alterado na Constituição Federal de 1988, e trouxe um texto inovador com diretrizes para redefinir as instituições familiares, protetoras e não contemplativas.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 9/1997 rompeu o princípio da indivisibilidade do casamento e tornou mais abrangente a definição de família, ou seja, uma das grandes mudanças da família é o reconhecimento constitucional da diversidade de suas formas (BRASIL, 1988).

O Código Civil de 2002, por sua vez, trata no que se refere à palavra afeto tão somente para referir o genitor a quem deve se tratar mediante o deferimento de uma guarda unilateral como está disposto em seu artigo 1.583, § 2º, I que versa: Afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar (BRASIL, 2002).

Esse reconhecimento mostra o vínculo da afetividade como uma indicação a definição da guarda em benefício de uma terceira pessoa, como versa o § 5º do artigo 1.584 do Código Civil (BRASIL, 2002). Acerca desse novo conceito de família a partir da afetividade, a doutrina defende:

O reconhecimento de que a afetividade é o novo vetor dos relacionamentos familiares leva à percepção da alteração paradigmática que está a ocorrer, não só no Direito, mas principalmente na realidade social, respingando também em outras searas. Em um curto período de tempo, para uma perspectiva histórica, houve alterações significativas na forma de viver em família, o que levou os teóricos a revisar seus conceitos sobre o tema (CALDERÓN, 2017, p. 157).

Portanto, os princípios que norteiam o direito da família contemporâneo apresentam como um dos seus fundamentos o conceito da afetividade, que deve ser apresentado como um valor jurídico de fundamental importância para a formação e manutenção das famílias modernas (GAMA, 2008).

Sem olvidar de outros princípios norteadores do direito de família, como o princípio da igualdade entre filhos, princípio de proteção da dignidade da pessoa humana, princípio do melhor interesse da criança, princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros, princípio da igualdade na chefia familiar, princípio da solidariedade familiar, princípio da não-intervenção ou da liberdade, princípio da função social da família (TARTUCE, 2006).

Outrossim, sobre a relevância dos princípios como fonte de direito de família, corrobora a doutrina:

O princípio da afetividade no Direito de Família, consequência das mudanças paradigmáticas e interferência do discurso psicanalítico, obriga-nos a pensar um ordenamento jurídico para a família que revalorize e redimensione os princípios como uma fonte do Direito realmente eficaz e de aplicação prática. Organizar e enumerar esses princípios específicos e particulares do Direito de Família, além de fazer-nos compreender melhor a base e estrutura deste ramo do Direito, contribuirá para uma hermenêutica que certamente estará aproximando o justo do legal (PEREIRA, 2020, p. 77).

Destarte, da análise dos regramentos legais e fontes do direito contemporâneo, mais precisamente o princípio da afetividade, se pode observar que o legislador se mostrou acanhado. Porém, a partir dessa nova roupagem familiar pautada no afeto, aprofundou-se a pesquisa sobre o princípio da afetividade e sua relevância no ordenamento jurídico.

3 MODALIDADES PREVISTAS EM LEI PARA RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO

Importante destacar, em primeiro momento que não existe um prazo preclusivo para realizar o reconhecimento de paternidade ou maternidade, pois trata-se de um direito imprescritível, sendo possível adotar e se submeter às medidas de reconhecimento de filiação em qualquer momento da vida.

Sobre as modalidades de reconhecimento dos filhos existem duas formas de procedimento, o voluntário e o judicial.

3.1 RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO

O reconhecimento voluntário é aquele que ocorre por meio legal, quando o pai, a mãe ou ambos concordam e aceitam espontaneamente o vínculo existente e, assim, outorgam-lhe o *status* correspondente, conforme dispõe o artigo 1.607 do Código Civil, o qual determina que “o filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjuntamente ou separadamente” (BRASIL, 2002).

Esse mesmo ordenamento explica como deverá ser feito o reconhecimento voluntário da filiação:

Art. 1.609. O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito: I – no registro do nascimento; II – por escritura pública ou escrita particular, a ser arquivado em cartório; III – por testamento, ainda que incidentalmente manifestado; IV – por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendente (BRASIL, 2002).

O reconhecimento é pessoal dos genitores, e, portanto, não pode ser feito por avós, tios, sucessores ou herdeiros do filho. Nesses casos, só é validado quando efetuado por meio de procurador, com outorga de poderes especiais e expressos, pois, nesta situação a declaração de vontade já está expressa na procuração, ou seja, apenas se formaliza esse reconhecimento.

Portanto, o reconhecimento voluntário pode ser definido como um ato formal, de livre vontade, incondicional e personalíssimo, onde os filhos(as) maiores precisam consentir o reconhecimento e os menores poderão impugná-lo, conforme dispõe o

artigo 1.614 do Código Civil ao afirmar que “o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade ou à emancipação” (BRASIL, 2002).

Por oportuno, o Provimento n. 63 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com intuito de dar mais celeridade e economia processual, prevê modelos únicos de certidão de nascimento, casamento e também de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, além do reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro A e, sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida (BRASIL, 2017).

3.2 RECONHECIMENTO JUDICIAL

O reconhecimento de paternidade trata-se de um procedimento que formaliza o fato de certa pessoa ser filho(a) biológico(a) de um determinado indivíduo, garantindo a estes direitos e todas as obrigações consequentes à constatação.

Vale destacar que o reconhecimento judicial nem sempre trata do reconhecimento da paternidade biológica, pois também “engloba o reconhecimento da paternidade socioafetiva, alimentar e o direito à ascendência genética” (LOUZADA; TRENTIM, 2014, p.12).

Ele se dá por meio de ação judicial investigatória de paternidade, que é a mais frequente, podendo ser aplicada em casos de investigatória de maternidade também.

O Código Civil Brasileiro, pela redação o § único do artigo 1.609, esclarece que esse reconhecimento pode ser feito antes do nascimento do (a) filho (a) ou após o seu falecimento, desde que ele tenha deixado descendentes, como filhos e netos (BRASIL, 2002).

Ou seja, o reconhecimento de paternidade judicial é aquela feita no registro de nascimento, por escritura pública ou escrito particular, arquivado em cartório, por manifestação judicial, por testamento, podendo ser realizada quando o reconhecimento da paternidade não tenha sido feito logo após o nascimento da criança por qualquer razão no ato do seu registro, sendo possível que ele ocorra posteriormente (BRASIL, 2002).

Destarte, em 2012 esse procedimento tornou-se mais simples e menos burocrático, com o Provimento n. 16 da Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ, ao autorizar que esse seja realizado em qualquer cartório de registro civil e pelo próprio pai maior que 16 anos, a mãe da criança e o filho(a) maior de 18 anos (CNJ, 2012).

Esse procedimento passa a ser de responsabilidade do Poder Judiciário, que providenciará os trâmites necessários para uma apuração objetivando o reconhecimento da filiação, através de uma Ação de Investigação de Paternidade/Maternidade.

Quando o caso já se encontra na esfera judicial, o juiz responsável, irá primeiramente notificar o suposto pai, possibilitando-o o reconhecimento de paternidade espontâneo e advertindo-o que, em caso de recusa expressa ou implícita, resultara na presunção relativa da paternidade, podendo contestar o pedido de reconhecimento ou realizar o exame de DNA.

Por oportuno, de acordo com o *artigo 1º da Lei nº 12.004/09* que alterou a *Lei n. 8.560/92*, a recusa poderá resultar na presunção relativa da paternidade, sendo tal fato analisado junto as demais provas eventualmente existentes no processo, matéria inclusive sumulada pelo STJ de n. 301: Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade (BRASIL, 2009).

4 REPERCUSSÕES JURÍDICAS DA MULTIPARENTALIDADE CARACTERIZADA PELO RECONHECIMENTO SOCIOAFETIVO

Prima facie, destaca-se que o artigo 1.593 do Código Civil estipula “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem” (BRASIL, 2002).

Na literatura contemporânea a multiparentalidade é conhecida como “situações existenciais nas quais uma pessoa possui vínculo de filiação com dois ou mais pais (ou duas ou mais mães) concomitantemente” (CALDERÓN, 2020, p. 212). Trata-se de um assunto constantemente discutido, pois possui uma relevância social ao considerar as novas constituições familiares na atualidade.

Assim, quando se refere a origem, significa a existência de parentesco por adoção ou socioafetivo. Portanto, a condição de ter um filho nada mais é de considerar

essa pessoa legítima, não havendo diferença entre um filho biológico, um filho adotivo ou um filho socioafetivo, com base no afeto familiar que é a relação de carinho entre uma pessoa próxima querida, como o estado psicológico que permite ao ser humano mostrar seus sentimentos e emoções aos outros.

Nas discussões jurisprudenciais referentes ao tema, em 21 de setembro de 2016 o Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de repercussão geral, delimitou no julgamento do Recurso Extraordinário n. 898060/SC:

Ementa: Recurso Extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Direito civil e constitucional. Conflito entre paternidades socioafetiva e biológica. Paradigma do casamento. Superação pela constituição de 1988. Eixo central do direito de família: deslocamento para o plano constitucional. Sobre princípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB). Superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias. Direito à busca da felicidade. Princípio constitucional implícito. Indivíduo como centro do ordenamento jurídico- político. Impossibilidade de redução das realidades familiares a modelos pré-concebidos. Atipicidade constitucional do conceito de entidades familiares. União estável (art. 226, § 3º, CRFB) e família monoparental (art. 226, § 4º, CRFB). Vedação à discriminação e hierarquização entre espécies de filiação (art. 227, § 6º, CRFB). Parentalidade presuntiva, biológica ou afetiva. Necessidade de tutela jurídica ampla. Multiplicidade de vínculos parentais. Reconhecimento concomitante. Possibilidade. Pluriparentalidade. Princípio da paternidade responsável (art. 226, § 7º, CRFB). Recurso a que se nega provimento. Fixação de tese para aplicação a casos semelhantes (BRASIL, 2016).

Desde então, denota-se que a relação pais e filhos estipula que a conexão emocional entre pessoas relacionadas e pessoas de descendência biológica é aceita pelo ordenamento jurídico pátrio e não deve haver obstáculos para reconhecer simultaneamente as duas formas dessa relação, socioafetiva e biológica.

4.1 EFEITOS JURÍDICOS DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE

Qualquer que seja o tipo de reconhecimento da filiação, voluntário ou obrigatório, o efeito é o mesmo, com a mesma proteção, direitos e até as mesmas consequências, por força do artigo 227 § 6º da Constituição Federal que proíbe qualquer tipo de discriminação entre os filhos havidos ou não da relação matrimonial (BRASIL, 1988). Ainda, para Pereira (1997, p. 207): “o reconhecimento voluntário ou coercitivo, produz as mesmas consequências, dando, como pressuposto a existência de efeitos do reconhecimento”.

Obviamente, direitos e a filiação só podem ser usufruídos após o reconhecimento, tendo como efeito jurídico principalmente a relação de parentesco entre o pai e o filho, originando vários desdobramentos legais.

4.1.1. Caráter Irrevogável

O reconhecimento judicial de paternidade está previsto no *artigo n. 1.616 do Código Civil, o qual dispõe que “a sentença produzirá os mesmos efeitos do reconhecimento”* (BRASIL, 2002).

Nesse norte, o pai/mãe será notificado visando que passe a cumprir suas obrigações, sendo estas retroativas desde a data do nascimento do filho, podendo acrescentar o sobrenome do reconhecido pai ou mãe ao seu, sendo que esse não poderá proibir ou obstar de qualquer forma que seu sobrenome seja utilizado pelo filho.

Vale salientar, ainda, que o reconhecimento de paternidade quando feito de forma voluntária é irrevogável, por expressa disposição da Lei n. 8.560/92, artigo 1º, *caput* disposição legal ratificada no Código Civil pela redação do artigo n. 1.610, independentemente da motivação do ato (BRASIL, 1992; BRASIL 2002).

Assim, caso se reconheça como seu um filho de outro, por mera voluntariedade, tal ato não poderá ser desfeito, caso ocorra um posterior arrependimento. Entretanto, pela redação do artigo 1.604 do Código Civil somente pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento se provar erro ou falsidade do registro (BRASIL, 2002).

Dessa forma, para que se inicie a discussão acerca do caráter irrevogável do reconhecimento de paternidade, é necessária a comprovação de que o pai ou a mãe que realizou o reconhecimento foi induzido ao erro de achar que de fato, era genitor (a) biológico(a) da criança.

4.2 A MULTIPARENTALIDADE NO REGISTRO PÚBLICO

Diante da possibilidade de novos vínculos familiares formada pela multiparentalidade, significa que uma criança tem dois pais ou mães legalmente

reconhecidos, a saber, o biológico e o socioemocional em razão do valor do parentesco afetivo (GONÇALVES, 2017).

Assim, passou a ser admitida no direito brasileiro a possibilidade de existência de vários vínculos de filiação, mesmo havendo discordância do pai biológico ou do socioafetivo, pois o julgamento do Recurso Extraordinário n. 898.660/SC em 2016 deixou claro que o reconhecimento da multiparentalidade é para todos os fins, incluindo sucessórios e alimentares (TARTUCE, 2016).

Ademais, o registro de nascimento com fulcro no artigo 9º, inciso I do Código Civil, tem suas particularidades, sendo essas a gratuidade, perpetuidade, o amparo físico para os demais atos da vida civil, sendo dinâmico e obrigatório (CASSETARI 2015).

As alterações individuais em relação ao nome serão realizadas por meio do registro civil das pessoas individuais, por exemplo, na adoção e casamento o nome de uma pessoa pode ser alterado.

Destarte, as realidades familiares atuais levam em consideração os laços afetivos, conforme definido pelo Conselho Nacional de Justiça por meio do provimento n. 63 de 14 de novembro de 2017, adotando um novo modelo de certidões de nascimento, casamento e óbito no Registro Civil de Pessoas Naturais:

Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro 'A' e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida (CNJ, 2017).

A mudança regulamenta no registro civil a opção por incluir os nomes de pais biológicos e socioafetivos. As novas expectativas visam promover o reconhecimento da filiação, ademais pelo teor do Provimento n. 83 do Conselho Nacional de Justiça “se o filho for menor de 18 anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva exigirá o seu consentimento” (CNJ, 2019).

Por oportuno, o Cadastro de Pessoa Física também passou a ser requisito obrigatório para todas as certidões de nascimento, casamento e óbito e também considera a garantia dos casamentos civis e dos indivíduos do mesmo sexo e o reconhecimento das uniões contínuas, abertas e perdurável entre pessoas do mesmo sexo.

Assim, através do Provimento do Conselho Nacional da Justiça n. 63, alterado pelo Provimento n. 83, vislumbra-se a agilidade processual, permitindo o reconhecimento voluntário da multiparentalidade decorrente das relações socioafetivas entre pais e filhos, em razão da desnecessidade de litígio.

4.3 DIREITOS E DEVERES DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE

Com o reconhecimento da dupla paternidade no meio jurídico surge então alguns efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais, onde ambas as paternidades, socioafetiva e biológica, passam a ser compartilhadas pelo mesmo indivíduo.

Em suma, com a multiparentalidade se estabelece o direito à identidade pessoal e biológica, o qual está previsto na Constituição Federal pelo princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, eis que são aplicados ao parentesco socioafetivo as mesmas regras do parentesco natural no que diz respeito aos direitos, deveres e impedimentos.

Inclusive, acerca dos direitos previdenciários, para Cassettari (2017) a multiparentalidade reconhecida, baseado no fundamento de igualdade, os filhos que não tenham sido emancipados entre 16 e 18 anos de idade e que sejam menores de 21 anos ou inválidos, terão o direito a pensão por morte.

A multiparentalidade reconhece a obrigação alimentar de ambos os pais, sendo este um dos principais efeitos do reconhecimento da dupla filiação ao atender as necessidades básicas do alimentando. Outrossim, pela redação do artigo 1.696 do Código Civil esta responsabilidade é recíproca, podendo o filho ser requerido a prestar alimentos para os familiares, uma vez que existe o ônus da parentalidade (CASSETTARI, 2017).

Em sede de garantias constitucionais, ainda, pela redação do artigo 227 e 229 da Constituição Federal, cabe a obrigação dos pais em assistir e educar os filhos menores, pois é dever da família assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988).

No entanto, se destaca a responsabilidade civil quando os pais deixam de cumprir com suas obrigações, ocorrendo a prática de uma conduta omissiva quando esses deixam de agir positivamente, onde o não cumprimento das obrigações fará com que estes sejam responsabilizados civilmente.

Observa-se, portanto, que ao assumir a paternidade se assumem todos os deveres com relação a criação do filho, assim como as responsabilidades civis daí decorrentes.

4.3.1 Alimentos

Com a duplicidade do registro civil, todas as obrigações e efeitos jurídicos advindos da paternidade passam a ser responsabilidade de ambos os pais, tanto biológico quanto o afetivo, estando exposto no artigo 22º do Estatuto da Criança e do Adolescente ao referir-se que cabe aos pais “o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais” (BRASIL, 1990).

Ou seja, ambos os pais possuem o dever de responder por todos os deveres próprios da paternidade, prevalecendo sempre o melhor interesse do menor. No caso de existir a dupla filiação, o filho poderá requerer pensão alimentícia do pai biológico quando houver a impossibilidade de subsistência do pai socioafetivo, podendo pedir então a complementação da pensão alimentícia.

O Código Civil de 2002 traz no *caput* do artigo n. 1.694 a origem de tal obrigação:

Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia (BRASIL, 2002).

Nos termos da Constituição, o artigo n. 229 estipula que “os pais têm a obrigação de ajudar, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm a

obrigação de ajudar e apoiar os pais quando forem velhos, necessitados ou fracos” (BRASIL, 1988).

Além disso, conforme garantido pelo Código Civil, a reciprocidade entre pais e filhos, deduz-se que todos os pais devem fornecer pensão alimentícia aos filhos, enquanto estes devem fornecê-los aos pais futuramente.

Afinal, com o estabelecimento do regime multiparental, a obrigação alimentar pode exigir todos os progenitores e todos os filhos, com fulcro no artigo n. 1.696 do Código Civil de 2002, pois a obrigação alimentar resulta do estatuto parental (BRASIL, 2002).

Destarte, todos os pais têm o dever de alimentar seus filhos, como forma de confirmação do princípio constitucional, com a relevância do melhor interesse a dignidade da pessoa humana, incluindo neste raciocínio de responsabilidade os pais socioafetivos.

4.3.2 Relação Sucessória

O óbito na esfera judicial apresenta novos desdobramentos para aqueles que se encontram vivos, visto que o patrimônio é, em alguns casos fonte de diversas discórdias e de interesse dos herdeiros.

Dessa forma, destaca-se o direito sucessório, o qual garante a transmissão dos bens de um indivíduo depois de sua morte ao herdeiro, em virtude da vontade ou em razão de parâmetros definidos em lei.

Gonçalves (2017), define a sucessão de maneira ampla, onde a reconhece como um ato através do qual uma pessoa assume o lugar de outra pessoa, e exemplifica essa relação como um acordo de compra e venda, onde o comprador sucede o vendedor após a negociação e então passa a adquirir os seus direitos.

Ou seja, verifica-se que sucessão está relacionada ao fato de uma pessoa adquirir, deter direitos que antes eram de outro indivíduo e sugere a transmissão de bens, uma vez que implica na existência de um herdeiro, substituindo o antigo titular. Portanto, “a sucessão pode operar-se a título oneroso, Inter vivos ou *causas mortis*” (RODRIGUES, 2002, p.3).

Nesse contexto, tem-se a relação sucessória que está prevista na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, incisos XXVII e XXX, que visa garantir o direito à

herança (BRASIL, 1988). Herança é definida como “um conjunto de direitos e obrigações que se transmite, em razão da morte, a uma pessoa, ou a um conjunto de pessoas, que sobreviveram ao falecido. [...] A herança entra no conceito patrimonial [...]” (VENOSA, 2004, p. 20).

Sobre essa sucessão, existem muitas discussões acerca de seus reflexos perante o reconhecimento da multiparentalidade, principalmente no que tange ao direito patrimonial. Entretanto, de acordo com o julgamento do Recurso Extraordinário n. 898060/SC no Supremo Tribunal Federal, restou firmado entendimento em relação aos efeitos e garantias do direito à sucessão, em tese de repercussão geral, que a filiação socioafetiva simultaneamente com a filiação biológica geram consequências patrimoniais e extrapatrimoniais.

Assim, se na família multiparental ocorrer a morte de um dos pais ou mães, o filho seja socioafetivo ou biológico herdará quinhão juntamente com os demais irmãos, não havendo diferenciação entre os tipos de filhos. Tal posicionamento foi estabilizado pela Súmula 642 do Superior Tribunal de Justiça:

Nas hipóteses de multiparentalidade, havendo o falecimento do descendente com o chamamento de seus ascendentes à sucessão legítima, se houver igualdade em grau e diversidade em linha entre os ascendentes convocados a herdar, a herança deverá ser dividida em tantas linhas quantos sejam os genitores (BRASIL, 2020).

A título ilustrativo, ao julgar um recurso de um homem idoso (70 anos), que pleiteava o reconhecimento ao direito de herança do pai biológico, inobstante já ter recebido do pai socioafetivo, o Superior Tribunal de Justiça, decidiu:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. FILIAÇÃO. IGUALDADE ENTRE FILHOS. ART. 227, § 6º, DA CF/1988. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. VÍNCULO BIOLÓGICO. COEXISTÊNCIA. DESCOBERTA POSTERIOR. EXAME DE DNA. ANCESTRALIDADE. DIREITOS SUCESSÓRIOS. GARANTIA. REPERCUSSÃO GERAL. STF. 1. No que se refere ao Direito de Família, a Carta Constitucional de 1988 inovou ao permitir a igualdade de filiação, afastando a odiosa distinção até então existente entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos (art. 227, § 6º, da Constituição Federal). O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 898.060, com repercussão geral reconhecida, admitiu a coexistência entre as paternidades biológica e a socioafetiva, afastando qualquer interpretação apta a ensejar a hierarquização dos vínculos. A existência de vínculo com o pai registral não é obstáculo ao exercício do direito de busca da origem genética ou de reconhecimento de paternidade biológica. Os direitos à ancestralidade, à origem genética e ao afeto são, portanto, compatíveis. O reconhecimento do

estado de filiação configura direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado, portanto, sem nenhuma restrição, contra os pais ou seus herdeiros. Diversas responsabilidades, de ordem moral ou patrimonial, são inerentes à paternidade, devendo ser assegurados os direitos hereditários decorrentes da comprovação do estado de filiação. Recurso especial provido (BRASIL, 2017).

Sendo assim, pode-se observar que este tema apesar de demandar muito empenho do Poder Legislativo e Judiciário para que sejam sanadas as lacunas legais visando proporcionar maior segurança jurídica, a jurisprudência se manifesta no sentido da garantia dos direitos sucessórios igualitários decorrentes da multiparentalidade.

Doutro norte, questão relevante diz respeito ao aumento de demandas judiciais na busca pelo direito ao patrimônio da mãe ou do pai, seja biológico ou socioafetivo, com quem o indivíduo nunca presenciou qualquer tipo de relação (cuidado, amor e afeto).

Essa situação nas relações familiares já é presenciada nos tribunais brasileiros há anos, antes mesmo do surgimento da multiparentalidade, onde alguns filhos sociosafetivos acabavam pedindo a investigação da paternidade ou maternidade biológica apenas após o falecimento por meio de ações sucessórias, sem nenhuma relação socioafetiva e com o intuito de ganhos patrimoniais.

Destarte, verifica-se algumas lacunas na legislação quanto a sucessão em situações de multiparentalidade, as quais precisam ser superadas para que se preserve a segurança do ordenamento jurídico acerca desse tema.

4.3.3 Direito ao nome

Quando um indivíduo é reconhecido judicialmente como pai socioafetivo terá seu nome incluso no registro civil, ficando os genitores obrigados ao cumprimento de suas obrigações familiares perante o filho(a), como por exemplo alimentos, saúde, educação e outros.

Isso ocorre também quando o filho(a) possui o contato, afeto e carinho pelo pai/mãe biológico, porém, devido à convivência diária com o padrasto e ou madrasta, acaba criando tais sentimentos por ele/ela também.

Nesses casos, visando atender o melhor interesse da criança e evitar que ela seja obrigada a escolher ou aceitar apenas um dos dois como pai/mãe, os novos regramentos legais possibilitam obter o nome dos dois no registro civil, tornando-se legitimamente filho de ambos, além de obter todos os direitos e deveres que um filho (a) possui perante o pai/mãe e “consequentemente, terá o nome de seis avós e todos os direitos relacionados aos “três pais” (LOUZADA; TRENTIM, 2014).

Portanto, o direito do filho usar o nome do pai é um direito fundamental e não poderá ter sua utilização vedada, uma vez que o nome revela a identidade da pessoa, sua origem e de sua ancestralidade, além do reconhecimento de sua família, fato que hodiernamente se aplica ao reconhecimento da multiparentalidade.

4.3.4 Direito de Convivência

Nos casos de paternidade socioafetiva, pode-se perceber a utilização de inúmeros princípios, dos quais pode-se destacar a afetividade, a igualdade, a dignidade da pessoa humana, os quais seu uso torna-se fundamental na utilização dos princípios no direito de família.

Desta forma, tem-se como requisito para a configuração dessa paternidade a existência da afetividade entre o pai e o filho, que, em grande parte dos casos é gerada pela convivência, a qual necessita ser harmoniosa e voluntária, sendo esta considerada como o elemento mais importante, uma vez que a manutenção meramente biológica entre seus componentes é insuficiente perante o direito.

Portanto, para que seja reconhecida essa filiação é imprescindível a constatação de laços afetivos, assim como “o exercício da autoridade parental, ainda que não seja o genitor biológico, o pai socioafetivo deve desincumbir o papel necessário para a educação e criação dos filhos menores, para edificar sua personalidade, independente do vínculo sanguíneo” (LOUZADA; TRENTIM, 2014, p.15).

Ainda no que tange o direito à convivência, tem-se a possibilidade de guarda compartilhada:

Insta salientar que, em determinadas situações, quando o magistrado entender que seja necessário, poderá aplicar o art. 1.616, do Código Civil, que determina que A sentença que julgar procedente a ação de investigação

produzirá os mesmos efeitos do reconhecimento; mas poderá ordenar que o filho se crie e eduque fora da companhia dos pais ou daquele que lhe contestou essa qualidade. Assim se, por exemplo, o reconhecimento do vínculo biológico foi feito através de decisão judicial e o juiz achar que foi exagerada e até humilhante para o menor, a resistência do pai biológico, determinará que a guarda fique com o pai afetivo e imporá ao pai biológico a pena de não acompanhar a criação e educação de seu filho (PÓVOAS, 2012, p. 96).

Segundo o artigo 1.589, do Código Civil “o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação (BRASIL, 2002).

Sobre esse contexto torna-se fundamental que a criança permaneça com quem possua as melhores condições, atendendo desta forma o princípio do melhor interesse da criança, incluídas aquelas relações decorrentes da multiparentalidade.

Destarte, desde a promulgação da Constituição de 1988, não há hierarquia entre pais biológicos ou pais socialmente afetivos e entre filhos nascidos dentro ou fora do casamento (BRASIL, 1988). A essência desta análise é a sobreposição de interesses dos menores, e eles devem ser atendidos da melhor maneira, como não ser excluído de viver com todos os membros de sua família, a menos que um deles o coloque em risco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço oriundo da sociedade trouxe mudanças importantes para as pessoas, incluindo a antiga relação familiar totalmente patriarcal baseada no formalismo conjugal, que se tornou um novo modelo e combinação deliberada por laços afetivos.

Com o tempo, esses novos padrões e modelos vão se formando, e essa realidade não pode escapar da fiscalização do Estado, visto que envolve a fundação de toda a sociedade e da família, inclusive as crianças. Portanto, o objetivo deste trabalho é enfatizar as emoções socioafetivas e sua importância na construção de regramentos modernos que se adaptem à sociedade contemporânea bem como os efeitos jurídicos advindos dessas novas roupagens de famílias, mais precisamente daquelas originadas pela multiparentalidade.

Assim sendo, é compreensível que todo o pano de fundo que envolve a transformação do paradigma familiar, incluindo o *status* parental, tenha alterado a relação pai e filho por meio da verdadeira coexistência multiparental que existe hoje.

De acordo com o princípio do interesse superior dos menores, configura-se que os filhos devem ser os protagonistas da relação familiar, posando de prioridade absoluta no seio familiar. O princípio do afeto aparece no direito de família sendo a pedra fundamental da fixação, estabilidade e conhecimento nas relações ligadas a socioafetividade, dando força aos vínculos que não são derivados das relações biológicas.

Certifica que o poder da verdade emocional seja igual ou maior à verdade da consanguínea. Portanto, emocionalmente falando, o princípio de formas familiares diversificadas e mobilidade igual entre pais e filhos. Em primeiro lugar, argumentou-se que a família não só surgirá com a ocorrência do casamento, mas como condição de igualdade e concessão à família produzida por meio do afeto. Por outro lado, a igualdade parental visa prevenir qualquer forma de distinção ou discriminação entre os filhos, independentemente da sua origem.

Compreende-se que não se pode impor um padrão de família. Diante de qualquer conflito existente, o melhor interesse do menor, sem dúvida, deve prevalecer, para que haja a possibilidade de coexistência entre os mesmos, fator que restou confirmado pelo Supremo Tribunal Federal, que assegurou a possibilidade de reconhecimento da multiparentalidade.

Considerando esses aspectos, nos eventos de impacto envolvendo a filiação e patriarcado, percebe-se que a partir do princípio da afetividade, o Poder Judiciário começou a acompanhar a evolução social e o desenvolvimento interpretativo.

De forma geral é fundamental que prevaleça a hermenêutica jurídica e elucubra o direito íntegro, com o objetivo de aplicá-lo à realidade para encontrar uma maneira justa de solução aos conflitos.

Assim, após a decisão do Supremo Tribunal Federal dada em repercussão geral do Recurso Extraordinário n. 898060/SC, o conceito duplo de filiação tendo a socioafetividade angariado força no ordenamento jurídico brasileiro. Sendo que esse princípio também é utilizado como base para outras decisões, mostrando efetivamente que o conceito de família está em constante mudança.

Destarte, com o reconhecimento da multiparentalidade, verifica-se que ampliou-se todos os seus efeitos jurídicos próprios, inclusive o direito de herança, alimentos, nome e convivência.

Por fim, é imperativo que a lei observe e acompanhe as mudanças nos comportamentos sociais e seus reflexos nas relações familiares, afinal, as relações familiares baseadas no sentimento, na solidariedade e no compromisso mútuo são consistentes com os valores e regras estabelecidas na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992**. Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8560.htm. Acesso em 2 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Código Civil. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.004 de 29 de Julho de 2009**. Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12004.htm. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [3ª Turma]. **Recurso Especial n. 1618230/RS**. Relator Ministro Ricardo Villas Boas Cueva, julgado em 28 mar. 2017. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/465738570/recurso-especial-resp-1618230-rs-2016-0204124-4/inteiro-teor-465738580>. Acesso em: 16 de set. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [1ª Turma]. **Recurso Extraordinário n. 898060/SC**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, julgado em 21 set. 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>. Acesso em: 7 set. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [2ª Seção]. **Súmula n. 301**. Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade, Sessão Plenária de 18 out. 2004. Edição: Imprensa Nacional, 2004, p. 425. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2011_23_capSumula301.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Corte Especial]. **Súmula n. 642**. O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória, Sessão Plenária de 02 dez. 2020. Edição: Imprensa Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/sumstj/author/proofGalleyFile/11573/11697>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da afetividade no direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CASSETTARI, Christiano. **Registro Civil das pessoas naturais: Parte geral e registro de nascimento**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento 63**. Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. Edição: DJe/CNJ n. 191, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 16**. Dispõe sobre a recepção, pelos Órgãos de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores. Edição: DJe/CNJ n. 29, 23 fev. 2012, p. 31-33. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1299>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento n. 83**. Altera a Seção II, que trata da Paternidade Socioafetiva, do Provimento n. 63, de 14 de novembro de 2017 da Corregedoria Nacional de Justiça. Edição: DJe/CNJ n. 165, 14 ago. 2019, p. 8 e 9. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2975>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**: direito de família. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional. São Paulo: Saraiva, 2017.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Princípios Constitucionais de direito de família**: guarda compartilhada à luz da Lei nº 11.698/08: família, criança, adolescente e idoso. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOUZADA, Guilherme Cassa, TRENTIM, Vanessa Buzatto. Multiparentalidade: efeitos da multiparentalidade na vida da criança. **Revista Multivix**. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/multiparentalidade-efeitos-da-multiparentalidade-na-vida-da-crianca.pdf>. Acesso em 29 ago.2021.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Reconhecimento de paternidade e seus efeitos**. 5. ed. Rio de Janeiro, 1997.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**: direito de família. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das famílias**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book.

PÓVOAS, Mauricio Cavallazzi. **Multiparentalidade**: a possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos. Florianópolis: Conceito editorial, 2012.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil**: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2002, v.7.

SOUSA, Mônica Teresa Costa, WAQUIM, Bruna Barbieri. **Do direito de família ao direito das famílias**: a repersonalização das relações familiares no Brasil. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p71.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

TATURCE, Flávio. **2016: O ano da afetividade na jurisprudência superior brasileira.** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1178/2016%3A+O+ano+da+afetividade+na+jurisprud%C3%Aancia+superior+brasileira>. Acesso em: 25 ago. 2021.

TATURCE, Flávio. **Novos princípios do direito de família brasileiro.** Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8468>. Acesso em 11 nov. 2021.

TRUJILLO, Décio. **Novo modelo de certidão de nascimento permite a inclusão de nome de padrasto.** Agência Brasil, publicado em 21 nov. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/novo-modelo-de-certidao-de-nascimento-permite-inclusao-de-nome-de-padrasto>. Acesso em 28 jan. 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** direito das sucessões. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, Emily da Silva. **Paternidade sócio afetiva:** reconhecimento e reflexos. 2019. 20 f. Artigo (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário FAMETRO. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/78/1/EMILY%20DA%20SILVA%20VIANA.pdf>. Acesso em 29 ago. 2021

WALD, Arnoldo; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Direito civil:** direito da família. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.5.

Artigo recebido em: 17/09/2021

Artigo aceito em: 12/11/2021

Artigo publicado em: 12/04/2022